

3ª CÂMARA CRIMINAL GABINETE DO DES. GERVÁSIO PROTÁSIO DOS SANTOS JÚNIOR
APELAÇÃO CRIMINAL nº 0001534-87.2015.8.10.0037 1ª Apelante: Francisca
Cosmo Dias Advogado (a): Cleosnaldo Brito Siqueira Júnior 1º Apelado:
Ministério Público do Estado do Maranhão 2º Apelante: Alcir Moraes
Advogado (a): Leandro Barros de Sousa 2º Apelado: Ministério Público do
Estado do Maranhão Relator: Desembargador GERVÁSIO PROTÁSIO DOS SANTOS
JÚNIOR Revisor: Desembargadora Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro PENAL.
APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. AUTORIA. PROVA
TESTEMUNHAL. DEPOIMENTO DE AGENTES POLICIAIS. VALIDADE. PRESENÇA DE
ELEMENTOS PROBATÓRIOS SUFICIENTES. PLEITOS ABSOLUTÓRIOS IMPROCEDENTES.
TRÁFICO PRIVILEGIADO. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS. OCORRÊNCIA.
REDIMENSIONAMENTO DA PENA. RECURSOS PARCIALMENTE PROVIDOS. I- Consoante a
jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é válido e revestido de
eficácia probatória o testemunho prestado por policiais envolvidos em ação
investigativa ou responsáveis por prisão em flagrante, colhido sob o crivo
do contraditório e da ampla defesa e em harmonia com as demais provas dos
autos, ratificando as informações contidas no inquérito. II – Comprovada a
materialidade e autoria delitiva do crime de tráfico ilícito de
entorpecentes, corroboradas pela prova testemunhal e pela apreensão da
droga na posse da acusada, em sua residência, a improcedência do pleito
absolutório é a medida que se impõe. Pela mesma razão, há que se rejeitar
a tese de que a condenação do corréu foi fundada em elementos extraídos
exclusivamente da fase pré-processual. III – Na linha do que já decidiu a
Corte Superior, a natureza e a quantidade da droga apreendida, por só, não
são suficientes para embasar a conclusão de que o réu se dedica a
atividades criminosas ou que integra organização criminosa, não servindo,
assim, de fundamento para afastar a forma privilegiada prevista no § 4º do
art. 33 da Lei 11.343/2006. V – Aferido que a parte ré é primária, de bons
antecedentes e sem provas de dedicação às atividades criminosas ou do
envolvimento em organização criminosa, é de rigor reconhecer o tráfico
privilegiado, incidindo o redutor da pena na fração máxima, porquanto a
quantidade da droga não é relevante e sua natureza restou valorada na
primeira fase da dosimetria. VI – Apelos conhecidos e parcialmente
providos. São Luís/MA, data do sistema. GERVÁSIO Protásio dos SANTOS
Júnior Desembargador Relator (ApCrim 0001534-87.2015.8.10.0037, Rel.
Desembargador (a) GERVASIO PROTASIO DOS SANTOS JUNIOR, 3ª CÂMARA CRIMINAL,
DJe 07/03/2023)